



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 02.206/17

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do **Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Campina Grande PB**, concedendo Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais a *Sr^a Maria Aliçoneide Alves de Araújo*, Auxiliar de Cultura, Matrícula: 3489, lotado Secretaria de Saúde, que contava, à época do ato, com 32 anos, 2 meses e 10 dias e idade de 62 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1^a Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 02.206/17

Objeto: Aposentadoria

Interessado: **Maria Aliçoneide Alves de Araújo**

Órgão: **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Campina Grande PB.**

Gestor Responsável: Antônio Hermano de Oliveira

Procurador/Patrono:

Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 915/2018

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 02.206/17** referente à Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais a **Sra. Maria Aliçoneide Alves de Araújo**, Auxiliar de Cultura, Matrícula: 3489, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 26 de abril de 2018.

Assinado 4 de Maio de 2018 às 11:06



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE

Assinado 3 de Maio de 2018 às 12:52



Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho
RELATOR

Assinado 8 de Maio de 2018 às 09:09



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO